

A INVENÇÃO DE UM PAPA: A CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DE ALEXANDRE III

CAROLINA GUAL DA SILVA¹

Introdução:

Uma das grandes dificuldades do medievalista consiste em ter que lidar com documentação de difícil acesso e frequentemente esparsa ou até mesmo inexistente. Outro problema é que boa parte do conhecimento que temos das fontes advém das coleções elaboradas particularmente ao longo do século XIX por grandes eruditos.

Essas edições do século XIX, embora tenham tido uma contribuição muito significativa para o avanço dos estudos medievais, também apresentam problemas para o historiador que nem sempre foram percebidos e discutidos. A consequência mais evidente de uma leitura a-crítica dessas edições foi a repetição de enganos e erros que passaram despercebidos, às vezes durante séculos, pelo simples fato de que pesquisadores não voltaram aos manuscritos originais para fazerem suas análises. Além disso, muitas vezes não foram levados em consideração fatores como os interesses políticos e nacionais presentes no processo de edição. Esses elementos muitas vezes não só determinaram *o que* seria publicado como também *como* o material viria a aparecer nos livros.

Podemos dizer que as edições do século XIX e início do XX revelam muito mais sobre esses respectivos períodos históricos do que sobre o suposto passado que pretendem resgatar. É o caso clássico da coleção *Monumenta Germaniae Historica*, cujo recorte nacionalista a transformou em um monumento à nação prussiana (e posteriormente alemã) que pode ser facilmente percebido no lema da coleção “*Sanctus amor patriae dat animum*” (O sagrado amor pela pátria nos dá o espírito). A *Monumenta* nunca escondeu suas intenções patrióticas e sua missão de resgatar e salvar o passado da nação alemã de forma a criar uma narrativa nacional coerente. Entretanto, muitos autores se esqueceram disso e passaram a utilizar a coleção como fonte primária sem questionamento sobre o processo de formação dessa documentação.

¹ Graduada em História pela Unicamp, Mestre em História Social pela Usp, Doutoranda em História Cultural pela Unicamp.

Passamos hoje, na historiografia, por um momento de retorno ao manuscrito. Cada vez mais historiadores, munidos de antigas e novas ferramentas de trabalho que vão desde a análise diplomática, exegese textual, pesquisa paleográfica e linguística até a aplicação de teorias das diferentes ciências humanas como a antropologia e a sociologia, voltam-se para os manuscritos a fim de buscarem um conhecimento que vai além das lentes do século XIX. Esse movimento tem produzido análises surpreendentes e que têm revolucionado muitos temas vistos até então como “acabados” pela historiografia.²

Tendo em vista esse contexto, a presente comunicação pretende discutir como a construção da vida do papa Alexandre III pela historiografia foi – e continua sendo – influenciada pela maneira como diferentes autores interpretaram os documentos, fontes e a própria historiografia ao longo do tempo. A base da discussão será o artigo de John T. Noonan Jr., “Who was Rolandus?”.³ O texto será dividido em três partes: “Os fatos sobre Alexandre III”, “A polêmica sobre Rolando” e “A construção da historiografia”.

Os fatos sobre Alexandre III:

Alguns elementos sobre a vida de Alexandre III são bem conhecidos e documentados. Sabemos que ele foi papa de 1159, após a morte de Adriano IV, até 1181, tendo sido um dos papados mais longos da história da Igreja.⁴ Ao longo de seu pontificado dois antipapas foram eleitos: Vitor IV, escolhido de forma simultânea a Alexandre provocando o cisma, e Pascoal III. Entre os principais eventos que marcaram o período podemos citar a luta contra o imperador Frederico Barbarruiva, a crise do arcebispo Thomas Becket na Inglaterra, a reconciliação entre o Império o Papado e o 3º Concílio de Latrão.

² Um ótimo exemplo desse movimento é o livro *Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição*, organizado por Monique Zerner. Nessa obra, diversos autores discutem a ideia de heresia voltando aos manuscritos e mostrando como toda uma concepção de heresia foi criada a partir da organização deliberada de dossiês que jamais existiram em sua época.

³ NOONAN, John T., “Who was Rolandus” in PENNINGTON, Kenneth and SOMMERVILLE, Robert. *Law, Church, and Society: essays in honor of Stephan Kuttner*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977, pp. 21-48.

⁴ Anteriormente ao papado de Alexandre III, apenas dois papas ficaram por mais tempo à frente da Santa Sé, São Pedro, cujo papado é difícil de precisar, mas estima-se que tenha durado mais de trinta anos; e Adriano I, que governou por 23 anos, entre 772-795.

A produção da cúria ao longo de seu pontificado foi extremamente intensa, com um grande aumento em relação aos papados anteriores. Aproximadamente 4000 cartas são conhecidas.⁵ Parte dessas cartas pode ser encontrada na *Patrologia Latina* que reúne diversos tipos de cartas ao longo dos 22 anos em que Alexandre esteve à frente da Igreja. São ao todo 1521 cartas dedicadas à concessão, confirmação ou ratificação de privilégios a igrejas, mosteiros e abadias, além de resolução de conflitos e determinações sobre assuntos específicos. Entre os decretais, 502 são descritos na *Patrologia*,⁶ enquanto que boa parte deles encontra-se no *Liber Extra*.

Um dos mais importantes documentos sobre Alexandre III é a *Vita* escrita pelo cardeal Boso, contemporâneo de Alexandre III, membro da cúria desde o tempo de Eugênio III (por volta de 1149) e que aparentemente acompanha o papa durante os anos em que esse se viu forçado a viver fora de Roma. Ele provavelmente morreu em 1178, quando a *Vita* é interrompida, três anos antes da morte de Alexandre III. Boso também compôs a vida de outros papas⁷ e sua obra foi incorporada à coleção do século XIX, *Liber pontificalis*.⁸ Outra fonte importante é a obra de Oto de Freising, *Gesta Frederici*, que nos traz informações sobre a carreira de Alexandre III antes de se tornar papa.⁹ E é exatamente no que tange à vida de Alexandre III antes de seu pontificado que as maiores especulações e polêmicas na historiografia surgiram.

A polêmica sobre Rolando:

Toda a polêmica surge, em parte por uma necessidade de toda uma tradição histórica obcecada pela origem das coisas. É na busca de uma suposta origem do pensamento de Alexandre III e na falta de informações detalhadas sobre o início de sua vida que interpretações falsas foram feitas e repetidas.

⁵ Sobre os números de cartas de Alexandre III, ver BRUNDAGE, J., *Law, Sex, and Christian Society in Medieval Europe*. Chicago: University of Chicago, 1990, p. 332.

⁶ O número total de decretais foi atualizado para 713 segundo DUGGAN, C., “Decretals of Alexander III to England” in *Decretals and the creation of ‘New Law’ in the twelfth century*. Aldershot: Variorum, p. 107, 1998.

⁷ Boso escreveu a vida de João XII (955-964) e depois retomou sua narrativa a partir de Leão IX (1049-1054) seguindo todos os papas até Alexandre III, à exceção de Vitor III (1086-1087) e Urbano II (1088-1099).

⁸ DUSCHESNE, L. (ed.), *Le Liber Pontificalis, texte introduction et commentaire*. – 3 tomes. Paris et Rome : Bibliothèque des Écoles Françaises d’Athènes et Rome, 1892 (1981).

⁹ Tradução para o inglês: *The deeds of Frederick Barbarossa*. Translated and annotated by Charles Christopher Mierow, New York: Columbia University Press, 2004.

Através da obra de Boso, conhecemos o nome original de Alexandre III – Rolando – e também sua origem – de Siena. Mas é só. Sabemos também, a partir da vida de Adriano IV, também narrada por Boso, por Oto de Freising e por outros documentos da Cúria Papal que Rolando teve uma trajetória importante, tendo sido legado e chanceler papal antes de sua eleição.

É possível estabelecer uma datação mais ou menos precisa a partir de novembro de 1150, quando Rolando aparece como cardeal-diácono de São Cosme e São Damião. Em 1151, ele é elevado a cardeal-presbítero de São Marcos e, em 1153, chamado pelo papa Eugênio III, é nomeado chanceler da Igreja Romana, posto que ocupará, acumulando também as funções de legado, até sua eleição em 1159.¹⁰ Mas antes de 1150, não temos informação alguma sobre Rolando.

E foi essa lacuna que alguns historiadores pretenderam preencher, buscando em outros documentos evidências sobre Rolando. A partir de algumas pesquisas, chegou-se a conclusão de que o Rolando, que viria a ser papa, fora o mesmo Rolando que escrevera duas obras alguns anos antes, a *Stroma*, um comentário sobre o Decreto de Graciano, e as *Sententiae*. Ele teria sido um professor em Bolonha na mesma época que Graciano (por volta de 1140), onde teria entrado em contato com a retomada do direito romano e os novos desenvolvimentos do direito canônico.¹¹

A associação entre o autor da *Stroma* e Alexandre III foi feita, pela primeira vez, em 1859 por Friedrich Maassen. Em 1885, Heinrich Denifle, encontrando as *Sententiae*, afirmou que elas também seriam obras de Rolando, o mesmo Rolando que viria a ser Alexandre III. Por mais de um século essas informações não foram questionadas ou mesmo profundamente investigadas. Foram tidas como “verdades” imutáveis, dados provados sobre a vida de Alexandre III antes do seu pontificado. Até o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 quando surgem os artigos de John T. Noonan e Rudolf Weigand, desconstruindo essa ideia.

¹⁰ Marcel Pacaut fornece uma descrição bastante detalhada sobre o período com as devidas referências documentais em sua obra *Alexandre III: étude sur la conception du pouvoir pontifical dans sa pensée et dans son oeuvre*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1956, cap. II.

¹¹ É importante destacar que há pouca ou quase nenhuma certeza acerca de Graciano, o que quer dizer que qualquer ligação pensada entre esses dois nomes é puramente especulativa.

A construção da historiografia:

O manuscrito da *Stroma Rolandi ex decretorum corpore captum*, um comentário sobre o Decreto de Graciano, foi descoberto em 1827 por Johann Wilhelm Bickel, que associou o Rolando do título ao “*magister ro.*” mencionado diversas vezes por Etienne de Tournai. Mas ele não foi além na tentativa de identificar esse Rolando.

Maassen, em seu artigo “*Paucapalea*”, foi o primeiro autor a formalizar a ligação entre Rolando, o autor da *Stroma*, e Rolando, o papa Alexandre III, embora tivesse virtualmente nenhuma evidência manuscrita que comprovasse sua teoria. Mas o impacto inicial foi pequeno e, na primeira grande biografia sobre Alexandre III escrita em 1864 por Hermann Reuter (*Geschichte Alexanders des Dritten*), nenhuma menção à *Stroma* foi feita. Reuter, no entanto, associou Alexandre III a Graciano, sem aprofundar muito a questão.

Poucos anos depois, Johann Friedrich Von Schulte, professor de direito canônico, numa análise comparativa do conteúdo de pontos específicos da *Stroma* e de alguns decretais de Alexandre III chegou à conclusão de que as decisões de ambos eram semelhantes e, portanto, os dois “*Rolandos*” eram a mesma pessoa. Em 1874, Friedrich Thaner dedicou-se à tese de que o papa teria sido o autor da *Stroma*, publicando sua edição da *Stroma* sob o título *Die Stroma Magistri Rolandi nachmals Papstes Alexander III*. Com um conhecimento mais aprofundado da documentação do que seus predecessores, Thaner esforçou-se para demonstrar a identidade do autor a partir de uma análise conteudista de trechos das diferentes obras.

A partir de então, a tese foi amplamente aceita e repetida por diversos autores. Em 1885, Heinrich Denifle, um historiador dominicano, descobriu um novo manuscrito contendo a obra conhecida como *Sententiae (Incipiunt sententie Rodlandi Bononiensis magistri)* e também a atribuiu ao papa Alexandre III. Seis anos mais tarde, Ambrose Gietl publicou esse mesmo manuscrito sob o título *Die Sentenzen Rolands nachmals Papstes Alexander III*. Ambos os autores acreditavam que Maassen havia “*provado*” a identidade e que Thaner apresentara novas “*provas*”, tomando-os, portanto, como autoridades indiscutíveis.

¹² “(...) ‘Maassen hat nachgewiesen’ the identity and that Thaner had offered ‘neue Beweise’.”, in NOONAN, “Who was Rolandus?”, p. 29.

Já no século XX, um dos mais importantes estudiosos do direito canônico, Stephan Kuttner, em obra publicada junto com Eleanor Rathbone, “Anglo-Norman Canonists of the Twelfth-Century” (1951), manteve a tese de que o *magister Rolandus* e Alexandre III eram a mesma pessoa.

Dessa forma, a historiografia assumia como verdadeira – e reproduzia – uma suposição feita mais de um século antes baseada em evidências manuscritas frágeis ou pouco confiáveis. Todas as obras sobre Alexandre III produzidas até o final da década de 1970 o apresentavam como um antigo professor de direito canônico em Bolonha, profundo conhecedor e comentador de Graciano, o “papa advogado”.¹³ A consequência disso foi que autores passaram a analisar os escritos de Alexandre III, produzidos durante seu pontificado, a partir desse viés interpretativo.

Um exemplo dessa análise pode ser encontrado no livro *Alexander III: étude sur la conception du pouvoir pontifical dans sa pensée et dans son oeuvre*, uma das poucas obras de fôlego sobre o papa. O autor, Marcel Pacaut, baseia toda sua interpretação sobre o pensamento político e doutrinário de Alexandre III no fato de ele ter sido professor em Bolonha e produzido as obras canônicas anteriormente mencionadas. Tudo o que o papa produziu nos 22 anos de pontificado, seria fruto de sua educação e experiência em direito canônico. Pacaut, inclusive, utiliza essa informação para fazer uma análise da personalidade de Alexandre III numa tentativa de entender seus métodos e atitudes.

Mas em 1977, John T. Noonan empreendeu, pela primeira vez em pouco mais de um século, o primeiro estudo sobre as evidências manuscritas que os autores haviam utilizado para chegarem à conclusão de que Alexandre III fora o autor da *Stroma* e das *Sententiae*. Em um artigo de grande erudição e densidade, Noonan nos mostra como os primeiros autores a discutirem a questão, mais especificamente Maassen, Schulte e Thaner, não levaram em consideração diversos fatores e basearam suas análises em questões circunstanciais e até mesmo em erros de manuscrito e de interpretação.

¹³ A expressão foi utilizada especificamente por SOUTHERN, *Western Society and the Church in the Middle Ages*. Penguin, 1970, p. 42, mas inúmeros autores já haviam incorporado a ideia às suas análises. Autores importantes e tradicionais, como ULLMAN, *A short history of the papacy in the Middle Ages*. London: Methuen & Co., 1972, também apresentam Alexandre como o mestre Rolando. O *Dictionnaire de théologie Catholique*, em artigo escrito por H. Hemmer dedica uma seção inteira à discussão sobre as obras de formação do papa, a *Stroma* e as *Sententiae*.

Schulte, por exemplo, demonstrou algumas semelhanças em questões gerais entre a *Stroma* e um decretal de Alexandre III, mas ignorou o fato de que, em relação ao casamento – um dos temas de maior destaque nos decretais de Alexandre III – os ensinamentos eram diferentes. Além disso, em referência ao Decreto de Graciano, Schulte associa Rolando a uma fala atribuída, na realidade a Alexandre II. Maassen desconsiderou a concordância verbal de certas frases ou simplesmente utilizou referências vagas ao conhecimento de Alexandre III sobre leis para provar a relação entre o papa e Graciano. Thaner desconsiderou o fato de que autores contemporâneos falando de Rolando (como é o caso de Etienne de Tournai nos anos 1160) provavelmente teriam dito que o “*magister ro.*” ao qual ele se referia era o atual papa. A conclusão de Noonan é que a tese sobre a identidade de Rolando baseava-se em evidências circunstanciais que ganharam um peso cumulativo ao longo de um século sem grandes questionamentos. Cada autor que se seguia simplesmente supunha ser a tese verdadeira.

Para Noonan, portanto, o Rolando, autor da *Stroma* e das *Sententiae*, não é o mesmo Rolando que em 1159 seria eleito papa. Mas qual a repercussão dessa conclusão para a historiografia dos anos seguintes?

Desde Noonan, nenhum outro autor lançou-se na tarefa de discutir a identidade de Alexandre III. Obras posteriores e mais recentes se limitam a fazer referência ao artigo de Noonan dizendo que hoje sabemos que o “*magister Rolandus*” nunca foi papa. Por outro lado, alguns autores utilizam essa informação para seguir no caminho contrário ao feito pela historiografia até então e negar qualquer conhecimento sobre direito canônico da parte de Alexandre III. Esse é o caso de Colin Morris que afirma não haver “evidence that Alexander ever studied law. By training he was a theologian, not a lawyer.”¹⁴

O que podemos perceber nessa breve análise da historiografia é uma tendência de muitos autores em incorporarem autores anteriores sem qualquer necessidade de questionamento. As teses defendidas por eles são tidas como verdadeiras e acabadas. É uma visão estática de história, que supõe que nada de novo pode ser dito ou

¹⁴ MORRIS, Colin, *The Papal Monarchy – The Western Church from 1050 to 1250*. Oxford: Clarendon Press, 2001, p. 402.

acrescentado a certos temas tradicionais. Ao mesmo tempo, ela demonstra uma grande confiança na fonte secundária e a ausência de trabalho com os manuscritos.

Com isso, a historiografia “inventou” uma imagem de Alexandre III que acabou por determinar os rumos de análises por mais de um século. Mas o trabalho de Noonan tampouco pode ser considerado como final. Continuamos sem ter informações sobre a vida de Alexandre III antes de 1150, mas devemos nos perguntar se essa informação é vital para conhecermos sua obra enquanto papa. Dizer, como Morris, que Alexandre não possuía qualquer treinamento em direito canônico uma vez que não se pode provar sua passagem por Bolonha é jogar o pêndulo na direção totalmente oposta sem levar em consideração aquilo que a própria documentação pode nos informar.

Uma análise inicial dos decretais de Alexandre III já nos aponta para decisões feitas com bases em Graciano e outros canonistas e decretistas. Isso não significa dizer, necessariamente, que Alexandre III tenha estudado em Bolonha, mas que ele tinha, certamente, contato com as ideias que circulavam no período. O momento deve ser, portanto, de retorno aos escritos do próprio Alexandre e de seus contemporâneos, com análises aprofundadas sobre o conteúdo e a forma, a fim de que possamos conhecer melhor esse elemento jurídico, que parece estar presente em sua obra, e, de forma contínua, “re-inventar” Alexandre III.

BIBLIOGRAFIA:

BRUNDAGE, James., *Law, Sex, and Christian Society in Medieval Europe*. Chicago: University of Chicago, 1990.

DUGGAN, Charles, “Decretals of Alexander III to England” in *Decretals and the creation of ‘New Law’ in the twelfth century*. Aldershot: Variorum, 1998.

DUSCHESNE, L. (ed.), *Le Liber Pontificalis, texte introduction et commentaire*. – 3 tomes. Paris et Rome : Bibliothèque des Écoles Françaises d’Athènes et Rome, 1892 (1981).

NOONAN, John T., “Who was Rolandus” in PENNINGTON, Kenneth and SOMMERVILLE, Robert. *Law, Church, and Society: essays in honor of Stephan Kuttner*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1977, pp. 21-48.

OTTO DE FREISING, *The deeds of Frederick Barbarossa*. Translated and annotated by Charles Christopher Mierow, New York: Columbia University Press, 2004.

PACAUT, Marcel, *Alexandre III: étude sur la conception du pouvoir pontifical dans sa pensée et dans son œuvre*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1956.

PORTALIE, E., MOUREUA, H., HEMMER, H., *Dictionnaire de théologie Catholique*. Vol. I, Paris : Etouzey et Ane, 1903 – 1950.

MORRIS, Colin, *The Papal Monarchy – The Western Church from 1050 to 1250*. Oxford: Clarendon Press, 2001.

SOUTHERN, Robert, *Western Society and the Church in the Middle Ages*. Penguin, 1970.

ULLMAN, Walter *A short history of the papacy in the Middle Ages*. London: Methuen & Co., 1972.

ZERNER, Monique (org.), *Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da Inquisição*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.